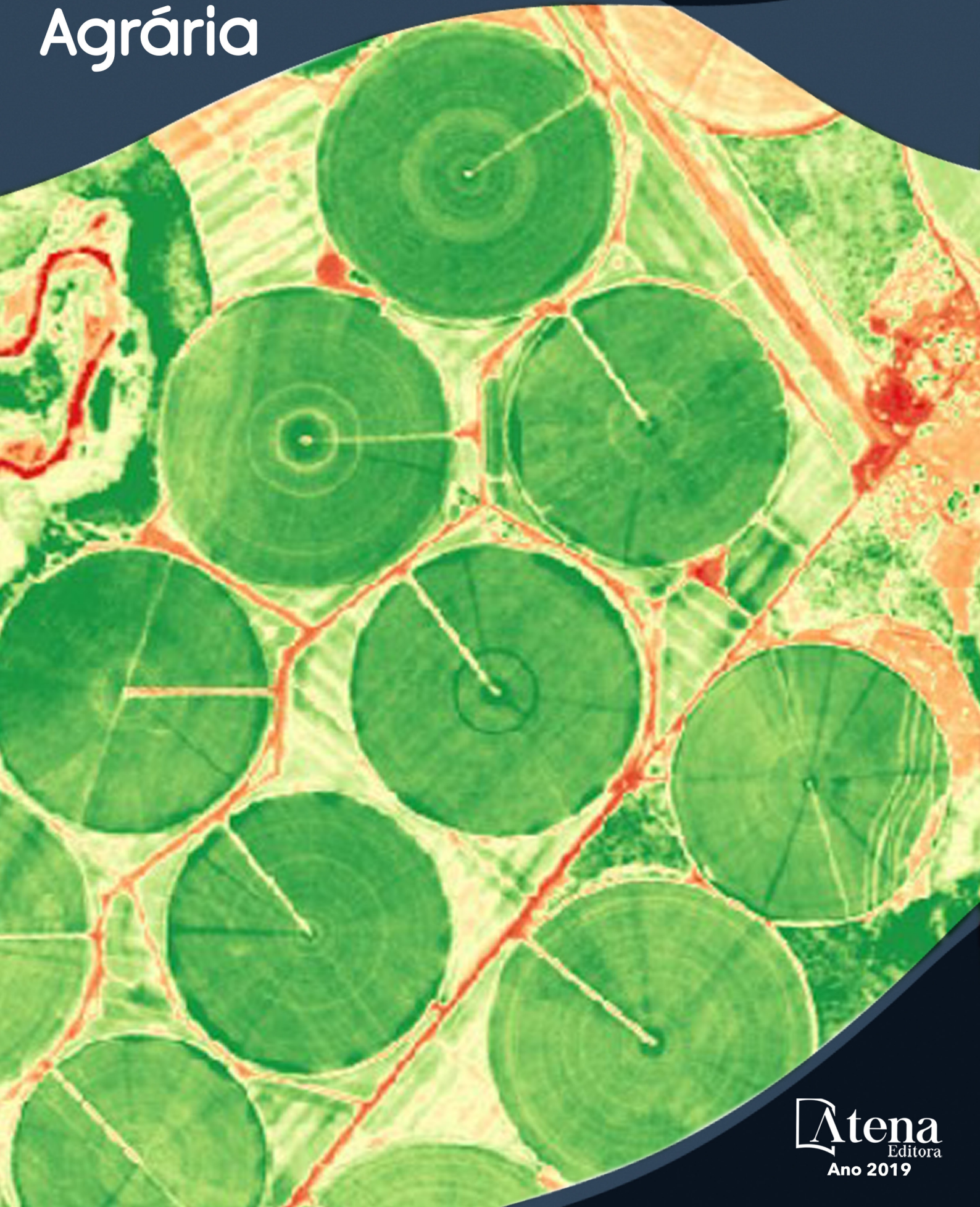


Gustavo Henrique Cepolini Ferreira  
(Organizador)

# Geografia Agrária



Gustavo Henrique Cepolini Ferreira  
(Organizador)

# Geografia Agrária

Atena Editora  
2019



2019 by Atena Editora  
Copyright © Atena Editora  
Copyright do Texto © 2019 Os Autores  
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora  
Editora Executiva: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Antonella Carvalho de Oliveira  
Diagramação: Natália Sandrini  
Edição de Arte: Lorena Prestes  
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

### **Conselho Editorial**

#### **Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

#### **Ciências Biológicas e da Saúde**

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

### **Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

### **Conselho Técnico Científico**

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo  
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba  
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico  
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará  
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista  
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal  
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

<b>Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)</b>	
G345	Geografia agrária [recurso eletrônico] / Organizador Gustavo Henrique Cepolini Ferreira. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019.  Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader. Modo de acesso: World Wide Web. Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-436-8 DOI 10.22533/at.ed.368192506  1. Geografia agrícola – Pesquisa – Brasil. 2. Movimentos sociais – Brasil. 3. Trabalhadores rurais – Brasil – Atividades políticas. I.Ferreira, Gustavo Henrique Cepolini.  CDD 630.981
<b>Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422</b>	

Atena Editora  
Ponta Grossa – Paraná - Brasil  
[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
contato@atenaeditora.com.br

Atena  
Editora

Ano 2019

## APRESENTAÇÃO

A Coletânea “Geografia Agrária” publicada pela Atena Editora está organizada a partir de uma breve divisão da diversidade regional brasileira e latinoamericana. Trata-se de uma leitura oriunda de diferentes pesquisadores e pesquisadoras para compreensão dos dilemas, conflitos e alternativas materializadas no campo.

O primeiro capítulo da Coletânea versa sobre os Conflitos por terra e território na obra cinematográfica de Adrian Cowell: uma Cartografia sangrenta da Amazônia, ou seja, remete apresenta a interpretação sobre a mesorregião Sudeste do Pará à luz da teoria dos conflitos agrários para cartografar tais conflitos, resistências e alternativas advindas das lutas travadas, sobretudo, pelo campesinato nesses registros cinematográficos que tratam da Amazônia Legal brasileira.

Os capítulos 2 ao 6 representam o Nordeste brasileiro e sua diversidade e conflitos inerente ao campo e as práticas socioterritoriais. As discussões versam sobre os conflitos socioambientais: o caso de Suape no litoral sul de Pernambuco, a institucionalização do Programa Nacional de Alimentação Escolar como geração de renda para as mulheres do meio rural: um estudo de caso das Mangabeiras em Japaratinga-SE, Territórios da Cidadania Alagoanos do agreste e bacia leiteira, Caminhos para regularização fundiária de assentamentos em terras públicas e estatais em áreas pequenas e médias no entorno de centros urbanos: experiência de Vitória da Conquista-BA e a Reforma agrária no Brasil e a questão fundiária: conflitos e resistências a partir de uma experiência em Pernambuco.

Já os capítulos 7 e 8 debatem respectivamente, os distritos e aglomerados rurais de Buritizeiro – MG a partir da possível emancipação e os Conflitos por terra e água no rio São Francisco a partir de uma fecunda análise da territorialidade dos pescadores(as) a partir dos intensos processos de resistências ao buscar a reapropriação física dos territórios pesqueiros.

Ainda sobre os estudos e pesquisas inerentes ao Centro-Sul, os capítulos 9 ao 12, tratam da Reestruturação do território agrário de Nova Iguaçu – RJ, Neoextrativismo e estrutura fundiária: considerações sobre o desenvolvimento desigual no Planalto Norte de Santa Catarina - Brasil, Posseiros e Assentados da Ribeirão Bonito e o MST no Pontal do Paranapanema-SP e A linha de desmontagem no frigorífico de frango: o trabalho e a saúde dos trabalhadores da Nutriz em Pires de Rio-GO.

Por fim, o último capítulo da Coletânea, intitulado - A questão agrária na origem das migrações haitianas apresenta uma leitura sobre o país caribenho e a sua trajetória marcada pelas migrações. Nota-se ainda uma interpretação sobre a história de uma revolução de ex-escravos que forçou a abolição da escravidão e primeiro país independente da América Latina e suas marcas e desdobramentos na questão agrária.

Assim, espera-se que os leitores e leitoras possam dialogar com os ensaios e pesquisas em consonância com a fecunda e atual arguição do geógrafo Ariovaldo Umbelino de Oliveira (2003) ao afirmar que *“o campesinato no Brasil, segue sua já*

*longa marcha. Caminham em busca do futuro. Caminham lutando contra o capitalismo rentista que semeia a violência e a barbárie".* Por isso, urge debater e construir uma Geografia Agrária Crítica e Comprometida com as mudanças sociais, ambientais e territoriais em um país em constantes crises e crimes contra a democracia.

Gustavo Henrique Cepolini Ferreira

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
CONFLITOS POR TERRA E TERRITÓRIO NA OBRA CINEMATOGRAFICA DE ADRIAN COWELL: UMA CARTOGRAFIA SANGRENTO DA AMAZÔNIA	
Gustavo Henrique Cepolini Ferreira	
DOI 10.22533/at.ed.3681925061	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>17</b>
“PROGRESSO” E CONFLITO SOCIOAMBIENTAL: O CASO DE SUAPE NO LITORAL SUL DE PERNAMBUCO	
Luísa Duque Belfort de Oliveira Mariana Vidal Maia Monteiro	
DOI 10.22533/at.ed.3681925062	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>29</b>
A IMPORTÂNCIA DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR COMO GERAÇÃO DE RENDA PARA AS MULHERES DO MEIO RURAL: UM ESTUDO DE CASO DAS MANGABEIRAS EM JAPARATUBA/SE	
Handresha da Rocha Santos Sandra Andrea Souza Rodrigues José Eloízio da Costa	
DOI 10.22533/at.ed.3681925063	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>38</b>
TERRITÓRIOS DA CIDADANIA ALAGOANOS DO AGRESTE E BACIA LEITEIRA: UM ESTUDO DA POLÍTICA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS – PAA	
Emerson Siqueira Cavalcante Pinto Antonio Marcos Pontes de Moura	
DOI 10.22533/at.ed.3681925064	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>50</b>
CAMINHOS PARA EMANCIPAÇÕES: DISTRITOS E AGLOMERADOS RURAIS DE BURITIZEIRO – MG	
Amanda Alves Maciel Rocha	
DOI 10.22533/at.ed.3681925065	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>65</b>
A REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL E A QUESTÃO FUNDIÁRIA: CONFLITOS E RESISTÊNCIAS	
Reinaldo Pacheco dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.3681925066	
<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>75</b>
CAMINHOS PARA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DE ASSENTAMENTOS EM TERRAS PÚBLICAS E ESTATAIS EM ÁREAS PEQUENAS E MÉDIAS NO ENTORNO DE CENTROS URBANOS: EXPERIÊNCIA DE VITÓRIA DA CONQUISTA	
Francisco José Lima dos Santos Galvão	
DOI 10.22533/at.ed.3681925067	

<b>CAPÍTULO 8</b> .....	<b>88</b>
COMO AS ÁGUAS DO RIO, A VIDA É MOVIMENTO: PESCA E CONFLITOS POR TERRA E ÁGUA NO RIO SÃO FRANCISCO	
Rafael Pereira Santos Roberta Alves Silva	
DOI 10.22533/at.ed.3681925068	
<b>CAPÍTULO 9</b> .....	<b>100</b>
A REESTRUTURAÇÃO DO TERRITÓRIO AGRÁRIO DE NOVA IGUAÇU APÓS A IMPLANTAÇÃO DO ARCO METROPOLITANO DO RIO DE JANEIRO	
Monica Martins Barbosa	
DOI 10.22533/at.ed.3681925069	
<b>CAPÍTULO 10</b> .....	<b>112</b>
POSSEIROS E ASSENTADOS DA RIBEIRÃO BONITO E O MST NO PONTAL DO PARANAPANEMA -SP: SEMENTES GERMINADAS NAS LUTAS OUTRORA	
Maria Celma Borges	
DOI 10.22533/at.ed.36819250610	
<b>CAPÍTULO 11</b> .....	<b>129</b>
NEOEXTRATIVISMO E ESTRUTURA FUNDIÁRIA: CONSIDERAÇÕES SOBRE O DESENVOLVIMENTO DESIGUAL NO PLANALTO NORTE DE SANTA CATARINA, BRASIL	
Ivo Marcos Theis Marcos Antônio Mattedi Luis Claudio Krajevski	
DOI 10.22533/at.ed.36819250611	
<b>CAPÍTULO 12</b> .....	<b>142</b>
A LINHA DE DESMONTAGEM NO FRIGORÍFICO DE FRANGO: O TRABALHO E A SAÚDE DOS TRABALHADORES DA NUTRIZA EM PIRES DE RIO-GO	
Fábio de Macedo Tristão Barbosa	
DOI 10.22533/at.ed.36819250612	
<b>CAPÍTULO 13</b> .....	<b>151</b>
A QUESTÃO AGRÁRIA NA ORIGEM DAS MIGRAÇÕES HAITIANAS	
Alex Dias de Jesus	
DOI 10.22533/at.ed.36819250613	
<b>SOBRE O ORGANIZADOR</b> .....	<b>164</b>



## POSSEIROS E ASSENTADOS DA RIBEIRÃO BONITO E O MST NO PONTAL DO PARANAPANEMA -SP: SEMENTES GERMINADAS NAS LUTAS OUTRORA

**Maria Celma Borges**

UFMS/Campus de Três Lagoas- História-MS,  
membro da rede Proprietas - INCT

E-mail: maria.borges@ufms.br

Este texto foi publicado nos Anais do SINGA 2017. Geografia das redes de mobilização social na América Latina, Curitiba, 01 a 05 de novembro de 2017. Esta versão traz pequenas alterações.

**RESUMO:** Objetiva-se discutir as histórias e memórias da luta pela terra dos assentados nos campos do Pontal do Paranapanema-SP, a partir das experiências de projetos de Reforma Agrária, especialmente das ações dos posseiros da gleba Ribeirão Bonito, em Teodoro Sampaio, hoje área transformada em assentamentos rurais, tendo em vista as mudanças no modo de vida dos agentes envolvidos, de posseiros a assentados. Mas, anterior a esta reflexão buscamos problematizar a história agrária no Pontal, com ênfase para as práticas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) nas ocupações das fazendas Nova Pontal, em Rosana, e São Bento e Santa Clara, em Mirante do Paranapanema, no início dos anos 1990, chamando a atenção para o fato de que os sem-terra no Pontal, dos anos 1990 e do tempo presente, são os frutos das sementes germinadas outrora, desde a luta dos arrendatários, a partir dos anos 1920,

aos pequenos posseiros das glebas Ribeirão Bonito, Santa Rita, entre outras, nas décadas de 1970 e 1980.

**PALAVRAS-CHAVE:** Pontal do Paranapanema, Ribeirão Bonito, assentados.

**ABSTRACT:** We aim to discuss the stories and memories of the settlement struggle in the fields of Pontal do Paranapanema-SP, based on the experiences of Agrarian Reform projects, especially the actions of squatters in Ribeirão Bonito, in Teodoro Sampaio, now an area transformed into settlements rural, sighting changes in the way of life of the subjects involved, from squatters to settlers. But before this reflection we seek to problematize agrarian history in Pontal, with emphasis on the practices of the Landless Workers' Movement (MST) in the occupations of the Nova Pontal, Rosana, and São Bento and Santa Clara farms in Mirante do Paranapanema, in the early 1990s, drawing attention to the fact that the landless in Pontal in the 1990s and in the present tense are the fruits of the seeds previously germinated, from the struggle of the tenants, from the 1920s to the small squatters of the Ribeirão Bonito, Santa Rita, among others, in the 1970s and 1980.

**KEYWORDS:** Pontal do Paranapanema, Ribeirão Bonito, settled.

## 1 | INTRODUÇÃO

Para a discussão proposta, cabe um breve histórico do tema. Em 1996, vinte e três anos atrás, concluíamos a Dissertação de Mestrado intitulada “Movimentos sociais nos campos do Pontal do Paranapanema: um estudo de caso da gleba Ribeirão Bonito (1970-1980)”, defendida na Unesp, Assis. Naquele contexto as lutas dos posseiros no município de Teodoro Sampaio, e em outros municípios da região, se desenhavam ainda em meio às fazendas e ao confronto direto com os fazendeiros, como, por exemplo, pelas ocupações dos posseiros, antigos arrendatários, de parte das propriedades em que trabalhavam como arrendatários, como a Ribeirão Bonito, Santa Rita e Água Sumida, desde as décadas de 1970 e 1980. Naqueles tempos a instabilidade marcava as suas vidas, na teimosia e resistência em permanecer na terra que se queria de trabalho e de onde eram constantemente despejados. Em 1997, numa junção de forças entre os posseiros da gleba Ribeirão Bonito e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), deu-se a conquista efetiva da terra, por meio da desapropriação da fazenda Ribeirão Bonito, de “propriedade” de Antônio Cândido de Paula, com a constituição de 06 áreas de assentamentos rurais nas terras localizadas ao lado da Reserva Florestal Parque Morro do Diabo, em Teodoro Sampaio-SP.

Passadas mais de duas décadas retomamos esta história para tentar entender a trajetória de lutas de alguns desses homens e mulheres que na condição de posseiros se tornaram assentados, retornando ao traçado inicial de algumas das falas e tentando encontrar alguns dos posseiros entrevistados naquele momento histórico, a fim de apreender as memórias, as permanências e as rupturas de uma história desse movimento de luta pela terra nos campos do Pontal do Paranapanema. Mas, para retomar essa história vimos ser preciso apreender, ainda que de forma breve, parte da trajetória de lutas do MST pela região. Objetivamos então, neste momento, apresentar essa história, pois desse modo acreditamos expor um panorama de luta pela terra em que os campos do Pontal estiveram imersos, principalmente na década de 1990, momento em que essa região se tornara foco da mídia impressa e televisiva e lugar de variados acontecimentos envolvendo os povos da terra. Feito esse balanço das contribuições do MST para as lutas no Pontal, discutiremos as histórias e memórias de alguns posseiros, hoje assentados no lugar em que se constituía a gleba Ribeirão Bonito, trazendo às reflexões à luz do tempo presente. As falas são categóricas na exposição de que valera a pena todo o processo de lutas e de que viveriam novamente tais experiências, ainda que dolorosas, pois o presente evidencia a importância da conquista, no sentido amplo da palavra.

Retomar a história da gleba Ribeirão Bonito e a contribuição do MST para esta luta, bem como para outras ações no Pontal do Paranapanema, significa recontar histórias e memórias, marcadas pelo sofrimento, mas ainda pelas conquistas, pela alegria de “estar em cima da terra” e por ter conquistado o direito aos mínimos vitais, como diria Antonio Cândido, na década de 1950, em “Parceiros de Rio Bonito” (1982). A comida

nos é mostrada com muita alegria e é perceptível a certeza de que os sofrimentos de outrora sintetizam um tempo de dores, mas ainda de vitórias que remetem ao presente: a conquista da terra de trabalho e morada da vida. Por tudo isto, voltar a esse tema da história da questão agrária no Pontal do Paranapanema, passado um pouco mais de duas décadas, buscando (re)contar tempos outros, evidencia para nós a certeza de que essas experiências foram lembradas com a percepção de que a terra é símbolo da vida e da liberdade, mesmo face às inúmeras intempéries vivenciadas pelos projetos de assentamentos rurais em nosso país, desde há muito, pelas fragilidades das políticas governamentais no que concerne ao reconhecimento de direitos e da cidadania plena aos camponeses e ainda face a inconclusão da Reforma Agrária no presente, somadas à criminalização dos movimentos sociais. Assim, as falas são categóricas na afirmativa de que teceriam novamente toda a luta para chegarem ao chão da terra e nele poderem se enraizar... E a nossa certeza, ao final, é a de que essas histórias estão entranhadas na história de vida e na escrita de quem escreve. Não poderíamos, então, deixar de retomá-las, pois é desse modo que a operação histórica parece ter algum sentido.

## **2 | O MST NO PONTAL DO PARANAPANEMA-SP: A SEMENTE GERMINADA NAS LUTAS DE OUTRORA...**

Para compreendermos parte da história do MST no Pontal, o relato de Solange, assentada no projeto de Reforma Agrária São Bento, em Mirante do Paranapanema, foi esclarecedor, na medida em que reconstituiu numa síntese um itinerário longo de ações, desde a ocupação da fazenda Nova Pontal, em Rosana, no início de 1990, até os inúmeros acampamentos na fazenda São Bento, em Mirante do Paranapanema, desde 1991: “Da Nova do Pontal nós foi despejado para a beira do asfalto. E do asfalto, nós foi para a Gleba XV, Setor I. Da Gleba XV nós viemos para a beira da estrada de novo. Aí de lá nós viemos pra linha, linha de ferro aqui. Aí da linha nós viemos pra cá pra São Bento!” (Entrevista realizada no assentamento São Bento, dia 07/05/2002).

A sua entrevista rememorou os tempos de ir e vir, de velhos sujeitos sob uma nova condição, a de sem-terra, ocupando áreas griladas pelas terras do Pontal do Paranapanema. Essas terras, de longa data, foram tomadas dos povos originários e de pequenos posseiros, arrendatários e boias frias. Isso remonta aos fins do XIX e se solidifica no contexto do XX. Desde os anos 1980, mas principalmente a partir da década de 1990, ao levantarem barracos, fazendo brotar a vida numa terra marcada por conflitos e pelo latifúndio, mesmo que num tempo em que o fixar raízes não se fazia possível, os camponeses sem-terra deixaram claro que o percurso para a conquista fora árduo e longo, de acampamento em acampamento, de despejo em despejo, mas se preciso fosse fariam tudo novamente. É isto o que pudemos apreender na fala de Solange, pois indagada se valeu a pena o processo de lutas, afirmou: “Ah, valeu. Muita

dificuldade, mas hoje graças a Deus, hoje em dia a gente pode dizer que tá no céu”.

As memórias da ocupação da fazenda Nova Pontal, primeira experiência do MST no Pontal, são marcadas por recordações dolorosas quando os entrevistados expoem o modo como se dera o despejo daquela área. As falas de Francisco e de sua esposa, Maria, assentados no projeto de Reforma Agrária São Bento, evidenciam essa questão. Conta-nos Francisco:

[...] veio despejo pra nós. Já veio despejo. Ali chegou cachorro, ali chegou polícia, ali chegou caixão, tropa de choque. Tudo quanto foi praga, chegou ali!! E nós lá!! Cerquemos o acampamento de espinho. Oche!! Ali mesmo a serralha-gato, mancabira, esquargatalha...arranquemos. Tinha cerca!! Nós arranquemos as cerca que tinha pra cima, trouxemos a cerca pra cá, o arame. Cerquemos o acampamento todinho; enrolemos de espinho!! E fiquemos, e fiquemos atocaiando... (Entrevista realizada no assentamento São Bento, dia 05/05/2002)

E Maria complementa esta história, ao dizer que o despejo das margens da rodovia SP 613 deu-se embaixo de chuva e sob forte policiamento:

Virge Maria. Eu nunca tinha visto tanta polícia daquele jeito menina. Olhava de um lado, de Primavera, vinha; olhava desse lado aqui de Teodoro, vinha no meio do asfalto. Aí, depois foi um sufoco que eu vi aqui!! E, daí a pouco chegava ambulância, é aquelas polícia feminina. Além dos policial, ainda veio polícia feminina. Chegava ambulância, chegava carro, cachorro, tudo, e a chuva... E caindo chuva, chuva grossa. E chega escorria assim no asfalto. Aquelas sarjeta assim do asfalto, chegava ficava quase um metro de largura assim, de enxurrada, escorrendo, e nós desmanchando os barraco, debaixo de chuva. E aquela enxurrada grossa. Desmanchando barraco e pondo em riba dos caminhão. E eles com pressa, pra desmanchar de... rápido, né? Ainda tocaro fogo num barraco dum cara lá.

São histórias marcadas pela força do campesinato que mistura alegria e dor, riso e choro, de forma que não se trata de vencidos ou de vencedores, como diria Martins (1989) - em seus velhos e bons tempos - mas de agentes históricos que na trama do cotidiano e do extraordinário “riem o riso cômico que denuncia o trágico”, como se depreende do relato de Francisco, ao afirmar: “Já comecei a valsa, vamos andar logo o resto”, observando que da luta não sairia até chegar à terra conquistada.

José e Alice, também assentados no projeto de Reforma Agrária São Bento, ao relembrares tempos de outrora fizeram referência a esse contexto histórico, marcado também pelo sofrimento, semelhante ao que narrara Francisco e Maria, mas ainda pelo desejo de uma terra que fosse liberta. Ao contar a trajetória do movimento da fazenda Nova Pontal até chegar ao assentamento São Bento, observou José:

[...] de lá nós veio pra São Bento, aqui em baixo na ponte. Ali nos foi despejado, fomos lá pro Pé de Galinha, que hoje é Pé de Galinha, aí fiquemos ali. Dali negociaram uma área lá dentro da fazenda São Bento, lá embaixo, nos 10 hectares. Fiquemos uma temporada lá. Lá nós tornou ser despejado pro Pé de Galinha, do Pé de Galinha, aí nós fiquemos no Pé de Galinha, isso pra ocupar a fazenda São Bento, daqui pra acolá, sempre ocupando. Daí nós fomos lá pra baixo perto do asfalto, de frente do sitio do (inaudível) na beira da linha, fomos pra lá, pra ocupar a fazenda Canaã, (inaudível). Aí foi quando eles liberou essa fazenda aqui. Aí o governo liberou essa fazenda aqui. Aí nós veio pra aqui, aí nós foi ... fiquemos aqui em baixo 2 anos no emergencial, ali pra baixo da casa da Dona Maria, ali fiquemos 2 anos. Dali foi quando o estado loteou os terrenos, os lote tudinho. Aí

fizemos sorteio aí cada um foi pro seu lote. Nós somos um grupo de ... nosso grupo primeiro foi de 30 e poucas pessoas, 30 e poucas famílias. (Entrevista realizada no assentamento São Bento, dia 07/05/2002)

Felinto Procópio, conhecido popularmente como Mineirinho, assentado no projeto de Reforma Agrária Che Guevara/Santa Clara, narra a sua trajetória de vida envolta na militância pelos campos do Pontal, mas a princípio nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e Pastorais de Rondônia, tal como no Sindicato dos Trabalhadores Rurais nos anos 1980. Observa esse narrador que sua vinda para o Pontal do Paranapanema, em 1991, decorreu da indicação por parte da direção nacional do MST, para, juntamente com um “grupo pequeno de gente”, contribuir na organização da luta pela terra naquela região, já que: “Nas pesquisas da companheirada, descobriu que no município de Mirante tinha um filão de terras públicas do Estado”. Conta-nos que a luta nessa região, a partir da chegada do MST, advinha de uma trajetória histórica desde 1990, na ocupação da fazenda Nova do Pontal, “onde teve aquele despejo violento”. Após esse acontecimento, já narrado em outros relatos, salienta que das margens da rodovia SP 613, do interior do assentamento XV de Novembro e, novamente, da rodovia, as famílias da Nova do Pontal seguiram para a fazenda São Bento, em Mirante do Paranapanema: “Então naquela época, a primeira ocupação de fato assim dentro de Mirante numa ofensiva mesmo dentro de uma estratégia de luta definida de terras públicas já na fazenda São Bento, de Sandoval Neto”. (Entrevista realizada no assentamento Che Guevara/Santa Clara, dias 11/03 e 03/06/2001)

Afirma Mineirinho que a sua chegada à região deu-se no contexto de organização de uma nova ocupação após a ocorrida na fazenda São Bento, sendo definida a fazenda Santa Clara, próxima à área ocupada. Expondo o que foi ocupar a Santa Clara assinala que “das ocupações que existem foi uma ocupação simples, fácil”, em decorrência da postura do fazendeiro, o qual, segundo Mineirinho, tinha um “caráter humanista”: “[...] fiquemos 15 dias na área, depois um despejo negociado”. Após o despejo, as famílias foram para a Estação Noêmia, e depois de alguns dias realizaram uma caminhada do acampamento em Mirante do Paranapanema até Presidente Prudente, na Alta Sorocabana, passando por Costa Machado, Santo Anastácio até chegar ao destino da ação, isto em outubro de 1991.

A ocupação da fazenda Santa Clara deu-se no dia 01 de setembro de 1991. Conforme Mineirinho, em abril de 1992 o governo de Estado e o fazendeiro negociaram a área. A partir daí deu-se o assentamento provisório das famílias acampadas, em dois hectares para cada uma. Reforça este narrador que, em relação à ocupação da fazenda São Bento, “[...] enquanto nós estava na euforia, o pessoal lá na agonia de lutar de novo até ganhar a terra”. Nesse momento, o narrador está se referindo aos inúmeros despejos sofridos pelos acampados da fazenda São Bento, particularmente ao vivenciado nos 10 hectares, na propriedade ocupada, tendo que retornarem para a Estação Engenheiro Veras, local em que já haviam acampado antes da ida para os 10 hectares. Mineirinho expõe uma nova estratégia de luta, a “ação de massa motorizada”,



uma forma de os acampados da São Bento permanecerem cultivando a terra ocupada, independente do acampamento estar localizado na Estação Engenheiro Veras: “Então nós começamos a fazer as ocupações em tratores né? Nós experimentamos assim na São Bento...”. A “ação de massa motorizada” significava o uso do trator e de demais maquinários para o cultivo da terra dentro da fazenda ocupada, com o plantio de milho e de feijão, por exemplo, sendo que as famílias sem-terra ao final do dia retornavam ao acampamento localizado as margens da estrada ou da estação Engenheiro Veras. Deste modo, não era possível “despejar a terra plantada”. Esta prática era fundamental para a legitimação do direito moral de ocupação da terra e permanência na luta, como sugeriu Thompson (1998) ao discutir os movimentos de rebeldia na Inglaterra dos séculos XVIII e XIX.

Paralelamente às ações da São Bento, o entrevistado destaca a ocupação das fazendas Canaã, Washington Luiz e Flor Roxa, em 1995, próximas à São Bento. Narra Mineirinho que ao buscarem unificar as lutas:

[...] uma grande ocupação política formou-se, juntamente os vários acampamentos espalhados pelas fazendas próximas a São Bento, o acampamento União da Vitória, com cerca de 1500 famílias acampadas [...] Ajuntamos Santa Clara, ajuntamos Washington Luiz e Flor Roxa, mais acampamentos de São Bento que estava lá no Engenheiro Veras, mais um monte de gente que veio dos municípios vizinhos que a gente ajuntou e arrecadou nesse município, né?

São muitos relatos em torno das ações de luta pela terra (BORGES, 2010) narrando ocupações e ainda inúmeros despejos. Nas entrevistas coletadas para a nossa tese (BORGES, 2004) foram comuns narrativas de diversos tempos: do vivido nos acampamentos e no assentamento ao tempo que marcara a fase anterior à entrada na luta pela terra, ou seja, uma memória de perdas fundamentada na expulsão do campo para a cidade e, no meio urbano, as lembranças da vida de sofrimento. Em meio à essas lembranças dá-se também a recordação de encontros e de alegrias, especialmente aquelas vividas no tempo dos acampamentos, ao assinalarem o que edificou as ações para a conquista da terra. A narrativa de Edson, outro assentado no projeto São Bento, evidencia esta questão e a sabedoria de quem vivera na cidade grande por muito tempo e para ela não queria mais voltar. O que a metrópole lhe oferecera se esvaia na memória tal como pó, ao tentar, nos marcos de memória, minimizar as dores. Tais recordações apresentam-se mesmo como os escombros de que fala Walter Benjamin (1987), ao mostrar a vida marcada pela violência, mas ainda a necessidade da ruptura da condição de dores. Edson demonstrou o sofrimento vivenciado na cidade, o aperto, o espremido da metrópole, confrontando-se com a largueza da terra: “com tanta terra que tem, uns campos grandes desses (risos)”. Desse modo, reforçou a necessidade de que o MST, no contexto da entrevista, “partisse” para a cidade, fazendo trabalho de base nas favelas e nas periferias: “...o povo tem que abrir o olho e ir pro campo mesmo”. Refletindo a respeito do significado da terra, assim expôs Edson: “[...] é a base. A terra é a base, a terra é o tronco, ela é o eixo. A terra é a base. Nós em cima dela... nós tendo espaço em cima dela, dá pra nós ser feliz”. (...) Ela é que produz, ela

é o que tem... desde o alimento até o petróleo sai dela”. Reforçou ainda que:

[...] o povo, o pequeno, eu acho que eles tinha que valorizar mais ela, tinha que valorizar mais a terra. Porque da terra é que sai o arroz, que sai o feijão, o trigo, é da terra que sai o pão na mesa. Então, as pessoas tinham que respeitar mais a terra. A terra é significante. [...] Se o pessoal respeitasse bem a terra, se ele valorizasse mais a terra, a maioria desse povo, o pessoal pobre, as classes sofredoras, eles ia pra luta mesmo, ia tudo pra reivindicar um pedaço de terra, saber dar valor na terra, como eu dei valor na terra. (Entrevista realizada com Edson, no setor II do assentamento São Bento, no dia 01/05/02)

Em vista das sabedorias apreendidas a partir das histórias de vida e da relação com a terra foi possível depreender na fala desses assentados dos projetos de Reforma Agrária São Bento e Che Guervara/Santa Clara que não se pode esboçar o camponês como se fosse a tela vazia de um quadro, uma pintura em branco, sem vida, necessitando ser pincelada para tomar forma, imagem e se colorir por meio da organização e das ações da vanguarda dos movimentos sociais. O camponês historicamente desenhou (e desenha) em suas práticas cotidianas, seja a da resistência e/ou acomodação, os tons que, em determinados momentos e, por vezes, ambigualmente se sobressaem à moldura ou à tela em branco. Daí compreendermos, ainda neste momento, semelhante ao tempo da Dissertação (1996) e da Tese (2004), que o alimento para as ações de luta dos sem-terra se dá na força impressa pelo desejo da terra de trabalho como morada da vida, o que impulsiona a luta. Terra que não aprisiona, mas liberta, já que traz para os camponeses a essência concreta e o advir da força e do desejo de chegar ao “porto seguro”, estar “em cima da terra”. Muito diverso de “estar embaixo da terra” que sinaliza para a morte.

Nesta perspectiva, Costa (1993, p.149) contribui para justificarmos esta leitura, ao assinalar que: “O conhecimento é uma mistura de razão e emoção, de rigor e poesia, das dimensões materiais e imaginárias. Nesse sentido, esses componentes não podem ser excluídos do entendimento do mundo de expropriação e criações desses trabalhadores”. Tais considerações acenam para a complexidade no fazer-se da história da luta pela terra no Brasil, constituída por ambiguidades e contradições, mas oriunda também do que os homens e mulheres estabelecem para si, a partir de suas escolhas e decisões, de seus valores, num tempo em que se constrói a vida, seja no cotidiano da terra de trabalho e da morada da vida, ou no extraordinário das lutas em espaços públicos e privados, em momentos em que se fazem necessárias ações de enfrentamento, como quando da ocupação de latifúndios, praças, avenidas, agências bancárias, de representação do governo, etc.

Em vista das narrativas coletadas, do passado ao presente, o multicolorido da história do campesinato nos campos do Pontal do Paranapanema, de posseiros a assentados, está prenhe de vida. São pedaços de histórias individuais, mas ao mesmo tempo coletivas, que explicitam a trama dos fragmentos de memórias que vão sendo recontadas e recortadas conforme a tessitura que se deseja compor. Ao juntarem-se os fios, este mosaico vai tomando forma, de modo que é possível entender o ser

indivíduo e coletivo amalgamados, ao mesmo tempo, em meio ao desejo da terra de trabalho e da morada da vida, tal como ainda do desejo da transformação social que alimenta essas lutas. Por vezes, os recortes se encontram, constituindo este todo colorido que dificulta a distinção das cores e dos pedaços. Nesta simbiose, pedaços se intercalam e se inter cruzam evidenciando que não é possível contar uma história dos sem-terra no Pontal do Paranapanema, hoje assentados, sem (re)contar a história dos povos originários, dos arrendatários, dos pequenos posseiros, dos boias-frias, dos atingidos por barragens, entre outras categorias que parecem díspares, mas não são.

No correlacionar das práticas e na busca das histórias de ocupação da terra nessa região, desde as primeiras expedições organizadas pelos governos provincial e republicano, ainda no contexto do XIX, orquestradas pelo engenheiro Teodoro Sampaio, nos anos 1880 e 1890 (SAMPAIO, 1890) na ocupação do Vale do Paranapanema, é possível depreender que se houve a violência sobre os povos originários, como a vivida pelos Kaingang, nas frentes de colonização, houve ainda a forte resistência desses grupos e de outros povos da terra, mesmo que isso custasse, na maioria das vezes, a própria vida.

Assim, semelhante às lutas indígenas, podemos lembrar ainda as práticas de luta dos arrendatários, narradas em jornais como “O Correio Sorocabano”, dos anos 1920 aos anos 1940 (BORGES, 2010), demonstrando o arbítrio, a violência a que foram submetidos esses povos da terra, mas ainda as várias formas de resistência impetradas naquele contexto. A herança de luta pela terra e para nela permanecer incorporada pelos sem-terra no MST, nos anos 1990 e no tempo presente, vem de longa data. De um tempo em que a região ainda era conhecida como “sertão desconhecido” ou “deserto desconhecido”, figurando nos mapas corográficos com essas designações. Podemos dizer, assim, que são raízes brotadas desde as ações dos povos originários que ocupavam essa área nos fins do XIX à luta dos arrendatários dos 1920 a 1960, posseiros, boias-frias, atingidos por barragens dos anos 1970 e 1980, e sem-terra dos anos 80 ao tempo presente.

O MST se organiza nesta localidade, nos anos 1990, fazendo germinar as sementes, por encontrar terreno propício para o plantio, cultivado pela herança das lutas anteriores. Do grilo das terras às lutas dos povos originários e camponeses contra esse estado de coisas, de violência e de mando, se construiu essa história, e as memórias de luta com certeza dela se alimentam.

### **3 | FALAS DA CONQUISTA E DO SENTIDO DA TERRA: DE POSSEIROS A ASSENTADOS NA RIBEIRÃO BONITO**

A gleba Ribeirão Bonito constituiu-se da permanência dos arrendatários no interior da fazenda Ribeirão Bonito desde os anos 1970, recusando-se a sair da terra após o término do contrato de arrendamento para a derrubada das matas e formação

de áreas de pastagens, tornando-se então posseiros. No tempo presente, com a implantação de projetos de Reforma Agrária, a fazenda Ribeirão Bonito foi redistribuída em 06 áreas de assentamentos rurais. Tais áreas localizam-se na rodovia SP – 613, no 15º perímetro do Município de Teodoro Sampaio, Pontal do Paranapanema, entre as cidades de Teodoro Sampaio e Euclides da Cunha, sendo um dos desmembramentos do antigo grilo da fazenda Pirapó-Santo Anastácio. Ressalta Leal, em seu estudo dos assentamentos rurais no município de Teodoro Sampaio, que:

A fazenda foi adquirida, em 24 de Janeiro de 1964, por Antônio Cândido de Paula, D. Lourdes Cândido de Paula, Cezar Augusto Moura e D. Iracy de Carvalho Moura, possuindo área de 4.598 ha. A posse efetiva do latifúndio ocorreu em meados da década de 1970, quando o fazendeiro Antônio Cândido contratou algumas famílias para iniciar a derrubada da mata e formar áreas de pastagens. Os posseiros arrendaram as terras do proprietário por um período de três a quatro anos, com a condição de desmatar a floresta e preparar o terreno para plantar algodão e outras culturas de subsistências. Finalizado o período de arrendamento, os posseiros plantaram capim formando áreas de pastagens, repetindo-se em outras áreas arrendadas. Dessa forma, o fazendeiro utilizou o trabalho desses posseiros sem gastar muitos recursos, recebendo a terra plantada com capim para introduzir o rebanho bovino. (LEAL, 2003, p.66)

Quando da desapropriação para a transformação em projetos de Reforma Agrária, ao referir-se aos assentamentos que derivaram da área da fazenda Ribeirão Bonito, observa este mesmo autor, utilizando-se dos dados do Itesp e MST, de 2000, que a fazenda, naquele contexto repartida como herança entre os filhos de Antônio Cândido de Paula, foi dividida no ano de 1997 em áreas de assentamento que contemplaram tanto os posseiros da gleba Ribeirão Bonito quanto a outras famílias de sem-terra no Pontal, à espera de novas áreas de desapropriação. Conforme Leal, os assentamentos derivados da fazenda Ribeirão Bonito foram: Vale Verde, com 50 famílias; Haidéia, com 24 famílias; Santa Rita da Serra, contando com 40 famílias; Santa Vitória, num total de 23 famílias; Cachoeiro do Estreito, com 29 famílias e Santo Antonio dos Coqueiros, com 27 famílias, conforme os dados do Itesp e MST, de 2000. Em vista desses dados foram assentadas um total de 193 famílias, numa área de 4.205 ha. (LEAL, 2003, p.70)

Como salientado, a gleba Ribeirão Bonito tornou-se área de assentamento de terras pelas contribuições do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem terra. Também na síntese de uma história marcada pelas muitas ações dos arrendatários, posseiros, boias-frias, atingidos por barragens, os quais vieram a constituir a categoria sem-terra na região, especialmente a partir do movimento da gleba XV de Novembro. Em 1983, a XV tornava-se o primeiro assentamento de terras regulamentado pelo Estado de São Paulo, no governo de Franco Montoro. Na época localizava-se em Teodoro Sampaio e hoje pertence à Rosana.

Isaias, antigo posseiro, em seu relato nos conta que a identificação tecida pelos assentados para todas as áreas de assentamento sempre fora a de “Ribeirão Bonito”, mesmo que oficialmente esta não seja a denominação das áreas (Entrevista realizada no Assentamento Ribeirão Bonito, dia 25/07/2016). Narra ainda, semelhante

a Miro, outro assentado, antigo posseiro e funcionário da escola estadual existente no assentamento, que os posseiros tiveram muitos embates com Antônio Cândido, quando ainda era vivo (Entrevista realizada no dia 25/07/2016).

Narra Manuel, posseiro, a quem também entrevistamos pela primeira vez faz mais de duas décadas, que: “o filho dele era... até gente boa viu, óh... Acho que já morreu também, né? Já morreu, é... Ele, ele não era tão ruim, mas o negócio com o filho era meio assim por causa do véio, né. Que o véio era carrasco mesmo. Era brabo. O filho dele era gente boa”. (Entrevista realizada no dia 25/07/2016).

As memórias de grande parte dos assentados entrevistados, em relação a Antônio Cândido, sinalizam para o quanto era conflituosa a relação entre os posseiros e o fazendeiro. Ainda é Manuel quem nos diz: “Aquele homem era emperreado. Aquele seu Antonio Candido, viu? Fala a verdade, aquele homem era perigoso demais”. Narra que um dia ao estar em sua posse foi chamado para ir à sede da fazenda. Nela se apresentou e foi desse modo recebido:

Um dia me chamou lá na sede. E eu num deu bobeira, e eu fui lá? Ah... pra quê? Cheguei lá bati palma, saiu logo um cachorrão policialzão lá (risada). Aí ele saiu fora. O que que cê tá fazendo aqui? O senhor chamou eu aqui, eu vim... Mas que ideia besta. Aí o filho saiu: não meu pai, foi eu que chamei, chamei pra poder combinar mais ele. Aí eu falei: que combinação? Aí ele falou: é pra ver quando você vai sair daí, da minha fazenda? Aí eu pensei: se eu falar, se eu falar, vou sair tal dia, ele vai me levar na justiça, no juiz e eu vou assinar aqueles papel e ele me tira, né? Aí eu pensei bem. Aí eu falei: Ah seu Antonio, eu não tenho prazo pra sair da sua fazenda não; tenho prazo pra sair não, não sei quando sair não. Aí ele ficou bravo. Você é um intruso! (risada) Ficou bravo rapaz: você é um intruso! Peguei: é só isso? Peguei e fui embora; fiquei nem papo mais. Mais nunca venho aqui mais. (risada) Bota, o que rapaz? era um cano de bota... Um sapatão e um cano de bota. Não tinha bota não!!! O véio era miserável... é... Ele tinha coragem de chegar num açougue assim e mandar tirar, cortar cem grama de carne. Falava que era um bife pra ele e outro pra muié. (risada) O bicho era unha de vaca.

Este assentado constrói uma narrativa marcada pela memória dos tempos de outrora, em dias de embates, alegrias e tristezas, recordações dolorosas minimizadas pelo que se vive no presente. Aos 72 anos contou-nos que trabalha todos os dias na roça e não consegue parar, pois “senão morre”. Ao pedirmos que nos falasse o que significa a terra, categoricamente afirmou:

Ah, é tudo na vida, né? Tudo na vida. Terra pra mim é tudo na vida. Porque a gente vive dela, né? E... se a gente não tiver um pedacinho de terra pra trabalhar vai viver de quê? Não tem jeito, né? Tem de trabalhar. É tudo. É tudo. Tudo na vida a terra pra gente. Pra mim... pra mim é a melhor coisa que existe, né? É uma coisa que nunca morre, que produz, e a gente vive dela. Éh, vive dela. Muito bom viu? Muito bom. Fala a verdade (risada).

Como salientado pelos entrevistados, Álvaro Cândido de Paula, aquele que se mantivera na fazenda, fora também o que permaneceu na recusa da desapropriação das terras quando da implantação dos projetos de assentamento pelo governo estadual. Recusou-se a ceder a parte de sua herança de terras griladas para a desapropriação e as revendeu para comerciantes da região, como donos de posto de gasolina e de



supermercado, a exemplo do “Álvaro da Luzitana”, como expôs Miro. Relata Miro que após a desapropriação das outras áreas que compunham a fazenda Ribeirão Bonito e, em vista disso, a constituição dos assentamentos, Álvaro Cândido “foi embora pra cidade de Patos de Minas que faleceu a pouco tempo aí, né...”. Após narrar parte desta história da formação do assentamento, ao ser indagado quanto ao que mudou da condição de posseiro à de assentado, assim afirmou:

[...] daquela época pra cá...é... mudou muito, né. Por quê... como diz a história naquela época a gente vivia aqui numa área de posse, ao qual a gente não tinha liberdade assim de ter acesso ao financiamento ao banco, né. Hoje mudou muito porque hoje a gente tem acesso ao financiamento. A gente tem outras liberdades, a gente tem área onde pode tá produzindo, plantando alguma coisa é... tipo, como diz assim... de uma horta mais adequada. De fazer o quintal da gente, de fazer assim, um quintal com planta, com bastante coisa. Então, hoje a coisa mudou muito, né.

Ao recordar os tempos do acampamento, as suas memórias são marcadas por um misto de dor e de sofrimento, mas ainda de esperança de que a história poderia ser escrita de outro modo. Semelhante às lembranças do passado, Miro recorda os mandados de prisão quando da área de posse e o apoio às ações dos posseiros, por parte do advogado do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Teodoro Sampaio, Emídeo Severino da Silva:

[...] como uma parte da liderança aqui de dentro da Gleba, aquela época lá... então aí.. a gente tinha o amigo da gente em Teodoro, que era doutor Emídio e quando a coisa dava uma coçada ele falava pra mim e eu saia fora, ficava em Campo Grande, lá. Fiquei em Campo Grande porção de vez lá, corri lá, quando a coisa melhorou a gente voltava... Aí foi quando em 1996...é...noventa e seis, noventa e sete, coisa assim... o pessoal do Movimento Sem Terra entrou junto com a gente e conseguiu é... a área que a gente morava já...mais a ampliação da área de Assentamento, né... Que conseguiu a fazenda quase toda. Só não conseguiu toda, porque a parte do Álvaro Cândido ele não quis negociar, também não era obrigatório, né... Mas os outros cinco, todos eles negociaram... até que aí foi feito as 195 lotes. Hoje tem dentro do Assentamento aí, com os agregados, temos 250 famílias, em torno de mais de 1000 pessoas aqui no Assentamento e todo mundo tá num conforto mais ou menos ... não vamos dizer assim... é... 100% porque com essa crise que a gente tá enfrentando né, mas nós estamos aí num 60% mais ou menos...antes... de que é assentado pra depois de assentado...

As falas são categóricas em apontar o quanto a vida melhorou no assentamento, como expressou Miro, Manoel e Isaias. Como ressaltou Miro, “se não foi 100%, ao menos 60%”. No tempo presente, como observa o narrador, afora as 196 famílias assentadas conta-se ainda com os agregados, chegando às áreas de assentamento a contarem com em torno de 250 famílias, ou “mais de mil pessoas”, como afirmou.

Ao narrar a economia do assentamento observa Miro que grande parte dos assentados vive da bacia leiteira, mas também da economia de autoconsumo e venda do excedente, a exemplo do plantio de mandioca e de outros cultivares. Todavia, em seu relato chama atenção a narrativa das dificuldades para o plantio das roças, em vista, provavelmente, da falta de políticas públicas de incentivo à pequena produção. Miro conta-nos ainda de um projeto de preservação do meio ambiente, de manutenção

de um viveiro de mudas nativas, organizado pelos camponeses em parceria com a IPÊ, Organização Não Governamental (ONG), que atua na área desde 2004. Como resultado deste projeto de viveiro de mudas adquiriu-se uma ambulância para o assentamento, a qual permanece à disposição dos assentados no Posto de Saúde, localizado ao lado da Escola, contando com um motorista assentado.

Narra o entrevistado que a Prefeitura de Teodoro Sampaio contribui na manutenção da ambulância e do pagamento do motorista, por um convênio com a Associação, todavia parte desses gastos é custeada pela contribuição dos assentados. Sobre o Posto de Saúde (PSE) Miro relata que o médico atende três vezes por semana, auxiliado por um “enfermeiro de plantão que é daqui de dentro mesmo e os agentes de saúde que ajuda muito a gente aí”.

Miro também faz referência às Associações existentes na Ribeirão Bonito, sendo elas a Associação dos produtores de mudas e sementes, denominada Comunidade Ecológica Ribeirão Bonito (CERB); a Associação dos Produtores da Gleba Ribeirão Bonito e a Associação da Cooperativa (do Meira), a qual entrega produtos à CONAB, tais como: feijão, abóbora, verduras, mandioca, dentre outros legumes. Ao ser indagado quanto ao significado da terra, semelhante aos relatos que coletamos dos assentados do Che Guevara/Santa Clara e do São Bento, a sua fala é emblemática para a expressão da terra como o símbolo da vida:

A terra, pra falar a verdade pra mim significa a minha vida. Porque... é dela que a gente vive; é dela que vem o sustento, então tudo a gente depende da terra, né... então hoje pra falar a verdade aí...é... na época, aquela época que a gente fez a primeira entrevista aí 21 anos atrás aí... eu tava com duas hectares de terras. Hoje eu tô com 18 hectares e meio. Então é outra coisa né. Dá pra gente se virar a vontade mesmo dentro do sítio .. é ótimo, né?...Muito gostoso mesmo.

Ainda nos diz que a Ribeirão Bonito: “é... um Assentamento, como diz na história... na região aqui do Pontal, eu acho que é um Assentamento modelo... É esse Assentamento Ribeirão Bonito, porque todo mundo gostaria de ter um sítio aqui dentro, né...” Finalizando a entrevista indagamos se gostaria de contar algo que não tenha sido perguntado, e ele observa: “[...] numa outra hora que a gente se encontrar, a gente conta uma outra história que não foi contada, aqui... Porque é um labirinto pra contar tudo isso aqui, viu...(risos)”. Um labirinto de histórias e memórias que encontra horizonte, luz, marco e raiz, no orgulho em narrar o presente que remodela o sofrimento do passado e o subtrai, dando vida às recordações positivas e fazendo fluir imagens na memória de tempos outros fundamentados no edifício da conquista da terra.

Ainda na escola estadual da Ribeirão Bonito pudemos coletar outros relatos, como o de Amauri, também posseiro e no presente funcionário da escola, mas contratado pela prefeitura de Teodoro Sampaio. Conta-nos esse entrevistado, ao ser indagado sobre a sua trajetória da condição de posseiro a assentado e como foram os primeiros tempos do assentamento, que muita coisa mudou, mas para melhor. Relembra as dificuldades da vida de posseiro, especialmente ao acesso à água, à luz, ao transporte, ao gado, e assinala que:

Daquele tempo pra cá num pode nem se comparar mais, né? Eu vim pra cá em oitenta e dois. Era uma posse pequena. E foi ficando, ficando... como era pequeno tinha que trabalhar pra fora, boia-fria né, mas sempre tava aqui dentro, né? Aí, depois que fizeram, cortou, fez o Assentamento... Vim trabalhar na escola. Fiz concurso. Além de morar no Assentamento, ainda sou funcionário da prefeitura. (Entrevista realizada no dia 25/07/2016).

Quanto ao sentido da terra, afirma Amauri: “Bom, a terra... Significa o lugar, uma segurança que a gente tem de ficar, né? A gente tem uma casa pra morar, a gente tem a terra pra trabalhar, criar o gado. Pra quem morou sempre na roça... é a melhor coisa que aconteceu”. Observa que muita coisa teria a narrar, mas o mais importante é dizer que: “a gente tá acomodado agora [...] Não tem mais aquele negócio da gente tá num lugar arrendado ter de se mudar. Aqui agora é pra sempre”. Por essas palavras é possível entender que a acomodação e a resistência compõem um mesmo processo. “Estar acomodado” naquele contexto sinalizava para o fato de que, pela resistência, na condição de posseiro, conseguiu chegar a terra e nela está “acomodado”. Dela não mais tem que partir, pois “agora é pra sempre”.

Marineusa, filha de posseiros, com 45 anos, também funcionária da escola, conta que está na Ribeirão Bonito desde os 06 anos de idade e que as suas recordações são marcadas pela memória do sofrimento quando do tempo da gleba. As marcas do temor frente a polícia e às ordens de despejo, práticas comuns nos anos 1970 e 1980, aparecem no relato ao recordar quando o seu pai ia para a roça e a sua função, junto a de seus irmãos, era de “cuidar dos polícia quando viesse pra ir avisar pra eles poder jogar as foice fora e correr pra casa”. Também de levar o alimento na roça. Narra essa entrevistada que:

...quando nós chegemos aqui era tudo mato né... então nós... chegemos na derrubada. O finado pai né, que já faleceu, ele ia trabaia e deixava nós pra cuidar dos polícia quando viesse pra ir avisar pra ele pra poder jogar as foice fora e correr pra casa né... Aí nós ficava, nós era tudo pequeno naquela tempo. Aí nós saía correndo no meio da... do corredor da mata... Aí gritar, pai, pai as polícia chegou, as polícia chegou, tem polícia aí. Aí, coitado tinha que jogar a foice no mato, corria. Nessa lida foi a temporada toda. Aí quando era pra levar almoço, mamãe mandava nós com caldeirãozinho de comida, levar comida pro papai no meio do mato. Nós tudo pequeno, trupicava, derrubava o caldeirão de comida, chegava lá, voltava pra trás sem comida, falava pra mãe que nós tinha derrubado as comida (risos) (Entrevista realizada no dia 25/07/2016).

Ao retomarmos a entrevista de Isaias é interessante observar que as palavras: “Você não está gravando mais nada não, né?” revelaram momentos em que viriam à tona as memórias resguardadas e silenciadas, “memórias subterrâneas”, como diria Portelli (1993), que o gravador não pode apreender. Assim foi tecida uma dessas recordações. Nos relatos, semelhante ao trabalho inicial, foi perceptível a seleção da memória, ou seja, recortes de fragmentos da vida que se desejava expor. Mas, ainda o brotar daquela memória involuntária, sem o controle preciso, que fazia vir à tona valores que a seletividade das recordações não conseguiu resguardar. Isto evidencia que o trabalho com as fontes orais continua a implicar, como diria Martins (1993), a compreensão dos silêncios, das pausas, dos risos, dos choros, de sentimentos

emaranhando razão e a emoção, preenchendo - sem que se saiba, e de forma indivisível - partes dos buracos da memória (MORAES SILVA, 2001), ou seja, do que ficara oco e à espera, talvez, da coleta para que as tramas dos fios e os desenhos que dela resultam não se percam no esquecimento.

Ao delinear as histórias, por meio das memórias vividas por esses camponeses, posseiros e, no presente, assentados, pudemos então visualizar uma colcha de retalhos multifacetada, colorida, vivida e costurada pelas recordações, as quais, ao serem recontadas, nos mostram as marcas indelévels de um tempo que se entrecruza. Um tempo que desvela o itinerário desses camponeses na condição de posseiros e na lida da terra, vivido no presente como sinônimo da liberdade. Marcas que não se apagam facilmente, pois são alimento para as gerações vindouras...

#### 4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Relembramos aqui, para concluir este texto, da história narrada por Isaias logo após desligarmos o gravador. Recordou esse camponês de um dia em que, ainda na condição de posseiro, tivera que “ter muita coragem” e ir à sede da fazenda Ribeirão Bonito. Ao chegar à porta de Antônio Cândido de Paula pediu que retirasse os troncos que o fazendeiro havia mandado os “capangas” colocar na estradinha feita pelos posseiros para impedir que por ali passassem, pois do contrário ele não saberia dizer o que faria. Este assentado, na época vivendo a condição de posseiro, falou ao fazendeiro que sua mulher e o filho que estava para nascer “era tudo o que ele tinha na vida”, e necessitava, com urgência, que os troncos fossem retirados para que pudesse levá-la ao hospital para o parto. Disse Isaias: “só tenho a minha mulher e este filho que está para vir. Se perdê-los não sei o que posso fazer”. No outro dia, os troncos haviam sido retirados.

Outro fato que lhe marcou a memória foi quando, juntamente com o seu pai, estava trabalhando na derrubada de madeira para a limpeza do terreno apossado e o plantio da roça. O fazendeiro adentrando à posse, montado a cavalo, ameaçou-lhe bater de reio. Era rapaz, jovem e destemido. Tomou coragem e disse que se o fizesse não responderia por seus atos, “pois não se bate em trabalhador”. O fazendeiro suspendeu o reio no ar e recuou ante a sua coragem. Estas são histórias que recontam memórias, trajetórias de vida, cujas narrativas estão imersas no recordar de tempos de incertezas, de perdas, de violências, mas ainda de conquistas e da coragem cotidiana, ao viverem um tempo em que a luta e o desejo da chegada a terra norteavam os passos, como narrou Isaias:

Eu quando peguei.. quando eu peguei aqui, eu peguei diretamente com Paulo, é.. Antônio Paulo de Candido... é o.. o véio, dono da fazenda mesmo. E aí, eu peguei como arrendatário, assim, por três anos derrubar o mato e mais é.. quando chegasse os três anos e formar...aquela área que a gente tava..abriu ela e...abrisse outra... mas após de 2 anos ele já começou a brigar com nós pra desocupar a área, que ele queria a terra desocupada porque...nóis não sei o que, começou a

ponhar porém. Aí nós entremos num sindicato naquela época. Era o seu Zé Cruz. Entremos lá com ele e acabemos descobrindo que dele de 2000 é... 2000 alqueire que ele tinha, tinha 100 alqueire escriturado. Ai começamos a briga com ele. Vai pra São Paulo, vai pra um canto, vai pra outro, vem polícia te pegava...a outro...arranca rasteia...fomo indo, nois tá lutando, até chegamos agora na época que tamos agora...mas que foi muito sofrido, foi...Amigo da gente levou tiro, eles corria atrais da gente.. é...entupia caminho..é... ponhava pau pra gente não passar. Impedia a gente de passar nas estradas. Tudo assim, sabe. Mas hoje não, hoje graças a Deus tá tudo beleza. Apesar de ter uma falha grande aí de que... quando foi liberado essas terra o governo falou que após de dez ano passava o título definitivo pra nós até hoje nunca apareceu, sabe. Então temos o uso aí, um título de uso, mas não é definitivo, não tem escritura. (Entrevista realizada no dia 25/07/2016).

Isaias nos disse, semelhante aos demais, que se preciso fosse viveria tudo novamente: de arrendatário, posseiro até chegar à terra prometida, a terra desejada em que pode pisar e com orgulho nos mostrar as cabeças de gado, o tanque de peixes, as ovelhas, as galinhas, a horta, o chiqueiro, o viveiro de mudas e a área de reflorestamento - uma pequena reserva dentro de seu sítio, plantada por ele, sua esposa e filhos - afora inúmeras árvores frutíferas e a casa de alvenaria e a geladeira e freezer repletos de comida. Conta-nos que, desde a condição de arrendatário, um pouco mais tarde, de posseiro, jamais “tirou uma diária na terra dos outros”, pois retirava o seu sustento da terra. Narra que seus filhos até fizeram “diária” para outros não por necessidade, mas pelo desejo de ter “o seu dinheirinho”. Então, com orgulho nos mostrou a sua casa, revestida de pisos de azulejo, uma varanda grande e a mesa de madeira para receber os filhos e netos aos finais de semana e feriado. Ele e sua esposa nos disseram que hoje “vivem no céu”, tem “fartura de comida” e a carne que quiserem comer, no dia que desejarem, retira-se do próprio sítio: “A geladeira está sempre cheia”:

[...] E tem mudado e a gente acha que... cada dia tá sendo melhor, sabe? Graças a Deus em termos de estudo, de escola, de transporte, de... tudo tem melhorado 90%... E a gente largou de ser perseguido pelas autoridades... Então tem sido bem melhor. Depois que... é... muita gente não tinha como comprar uma cabrita, depois que foi liberado todo mundo tem seu gadinho, tem o seu... sua casinha mais ou menos, não é boa, mas já serve. Então todo mundo mudou de vida, graças a Deus. Então tem sido uma vida boa, não é ruim, não.

Isaias também não deixou de nos mostrar onde havíamos feito a primeira entrevista 23 anos atrás, na pequena casinha de madeira que ele mantém como paiol em seu sítio. Pequeno retrato de lutas e memória de tempos outros. Disse-nos que se lembrava de quando sentamos naquela área para coletar a sua história. História semelhante a de centenas de homens, mulheres e crianças, vivida desde as primeiras décadas do século XX, pelos campos do Pontal do Paranapanema. Histórias de povos da terra dela expropriados e por ela lutando na defesa do roçado e do direito à vida. Interessante observar que a preservação da casinha de posseiro fora comum nas casas visitadas, e pode ser entendida quase como a manutenção da memória dos tempos outrora que alimenta o presente, reforçando ou mesmo fazendo lembrar a luta e a importância da conquista, e sinalizando - com vestígios do passado que se



tornam presentes - para a necessidade de que as futuras gerações não se esqueçam dessa história e dela se orgulhem. Possam então lembrar e contar histórias, para que elas, a contrapelo (BENJAMIN, 1987), indiquem caminhos, fazendo - em nosso entender - com que o ofício do historiador tenha um pouco mais de vida.

## 5 | ENTREVISTAS

Assentamento São Bento (Mirante do Paranapanema): Solange; Edson, José e Alice, Francisco e Maria.

Assentamento Che Guevara/Santa Clara (Mirante do Paranapanema): Mineirinho.

Ribeirão Bonito (Teodoro Sampaio): Miro; Isaias, Manoel; Anaíra, Amauri, Marineusa.

## REFERÊNCIAS

BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política*. 3ª. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BORGES, Maria Celma. *Movimentos sociais nos campos do Pontal do Paranapanema: um estudo de caso da gleba Ribeirão Bonito (1970-1980)*. Dissertação (Mestrado em História). Unesp/Assis, 1996.

BORGES, Maria Celma. *De pobres da terra ao Movimento Sem Terra: práticas e representações camponesas no Pontal do Paranapanema – SP*. Tese (Doutorado em História), Unesp/Assis, 2004.

BORGES, Maria Celma. *O desejo do roçado: práticas e representações camponesas no Pontal do Paranapanema – SP*. São Paulo: Annablume, 2010.

CÂNDIDO, Antonio. *Os parceiros do Rio Bonito*. 6ª. ed. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1982.

CHAUÍ, Marilena. *Conformismo e Resistência*. Aspectos da Cultura Popular no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1986.

COSTA, Cléria Botelho. *Vozes da terra – Indaiá: “O porto das esperanças” 1980-1990*. Tese de Doutorado em História Social, USP, 1993.

FERNANDES, Bernardo M. *Espacialização e Territorialização da luta pela terra: a formação do MST no Estado de São Paulo*. Dissertação (Mestrado em Geografia), USP, 1994.

LEAL, Gleison Moreira. *Impactos socioterritoriais dos assentamentos rurais do município de Teodoro Sampaio – São Paulo*. Dissertação (Mestrado em Geografia), Unesp/Presidente Prudente, 2003.

MARTINS, José de Souza. *Caminhada no chão da noite*. Emancipação Política e libertação nos movimentos sociais no campo. São Paulo: Hucitec, 1989.

MARTINS, José de Souza. *A chegada do estranho*. São Paulo: Hucitec, 1993.

MARTINS, José de Souza. *O poder do atraso*. Ensaios de Sociologia da História Lenta. São Paulo: Hucitec, 1994.

MONTENEGRO, Antônio Torres. História Oral: Caminhos e Descaminhos. In: *Revista Brasileira de*

*História*, São Paulo, v. 13, n.25-26, set.92/ago.1993.

MORAES SILVA, Maria A. de. A terra no imaginário dos migrantes temporários. In: *História Oral*. São Paulo. Associação Brasileira de História Oral. n. 4, junho de 2001.

PORTELLI, Alessandro. Sonhos Ucrônicos - memórias e possíveis mundos dos trabalhadores. In: *Projeto História*, São Paulo, v. 10, dez., 1993.

SAMPAIO, Theodoro. Considerações Geographicas e Econômicas sobre o Valle do Rio Paranapanema. In: *Boletim da Comissão Geographica e Geológica do Estado de São Paulo*. São Paulo, Typographia King, n.4, 1890.

SOUZA, Vanilde Ferreira de; BERGAMASCO, Sonia Maria P. P. *O Pontal do Paranapanema e a transformação do latifúndio em áreas de assentamento rural: o caso da São Bento* (2010). In:[http://www.uniara.com.br/legado/nupedor/nupedor\\_2010/00%20textos/sessao\\_4A/04A-05.pdf](http://www.uniara.com.br/legado/nupedor/nupedor_2010/00%20textos/sessao_4A/04A-05.pdf). Acesso em 14 de setembro de 2016.

THOMPSON, Edward P. *Tradición, Revuelta y Conciencia de clase*. trad. Eva Rodriguez. Barcelona: Ed. Critica, 1979.

THOMPSON, Edward P. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

THOMPSON, Paul. *A voz do Passado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

## **SOBRE O ORGANIZADOR**

**GUSTAVO HENRIQUE CEPOLINI FERREIRA** Graduado em Geografia (Bacharelado e Licenciatura) pela PUC-Campinas, Mestre e Doutor em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo. Atualmente é Professor do Departamento de Geociências e do Programa de Pós-Graduação em Geografia - PPGeo na Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES), onde coordena o Núcleo de Estudos e Pesquisas Regionais e Agrários (NEPRA-UNIMONTES) e o Subprojeto de Geografia - “Cinema, comunicação e regionalização” no âmbito do PIBID/CAPES. Exerce também a função de Coordenador Didático do Curso de Bacharelado em Geografia - UNIMONTES. Tem experiência na área de Geografia Humana, atuando principalmente nos seguintes temas: Geografia Agrária, Regularização Fundiária, Amazônia, Ensino de Geografia, Educação do Campo e Conflitos Socioambientais e Territoriais. Participação como avaliador no Programa Nacional do Livro e do Material Didático - PNLD de Geografia e no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), vinculado ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). É autor e organizador das seguintes obras: *No chão e na Educação: o MST e suas reformas* (2011), *Neoliberalismo, Agronegócio e a Luta Camponesa no Brasil* (2011), *Cenas & cenários geográficos e históricos no processo de ensino e aprendizagem* (2013), *Agroecologia, Alimentação e Saúde* (2014), *Gestão Ambiental* (2015), *Práticas de Ensino: Teoria e Prática em Ambientes Formais e Informais* (2016), *Geografia Agrária no Brasil: disputas, conflitos e alternativas territoriais* (2016), *Geografia Agrária em debate: das lutas históricas às práticas agroecológicas* (2017), *Atlas de Conflitos na Amazônia* (2017), *Serra da Canastra território em disputa: uma análise sobre a regularização fundiária do Parque e a expropriação camponesa* (2018), *Conflitos e Convergências da Geografia - Volumes 1 e 2* (2019) entre outras publicações. E-mail: [gustavo.cepolini@unimontes.br](mailto:gustavo.cepolini@unimontes.br)

Agência Brasileira do ISBN  
ISBN 978-85-7247-436-8



9 788572 474368